



**O PROMOTOR E A  
COMUNIDADE  
PELA MORALIDADE**

**CURSO**

**A comunidade pela moralidade**

Alexandre Pontes Aragão – Promotor de Justiça  
na 3ª Promotoria Auxiliar da Comarca de Maracanaú



# CURSO A COMUNIDADE PELA MORALIDADE

Nº de aulas: 05 (cinco)

Período do dia e duração aproximada de cada aula: três a quatro horas, em horário que não afete as atividades forenses do Ministério Público.

Público alvo: qualquer pessoa do povo interessada em exercer a cidadania acompanhando e fiscalizando a atuação da gestão pública sobre sua comunidade, notadamente membros de associações comunitárias, de associações profissionais, lideranças sindicais, servidores públicos e acadêmicos.

Nº de alunos: o maior número de alunos possível de ser acomodado satisfatoriamente na sala onde se realizarão as aulas.

Local de realização: salas de aula ou auditórios cedidos por instituições públicas existentes na cidade; podendo haver aula(s) prática(s) ou teórica(s) junto a Câmara Municipal, caso seja esta disponibilizada por seu presidente.

Necessidade do curso: dentre os motivos que ensejaram sua realização cumpre destacar:

1 - A completa desinformação da população local acerca das ferramentas de acompanhamento e fiscalização da administração municipal, notadamente no que tange aos gastos públicos;

2 - A limitada fiscalização sobre a administração municipal efetivada pelo Tribunal de Contas dos Municípios, haja vista que, apesar dos esforços dos técnicos e auditores daquele Corte, esta se limita quase sem-

pre a analisar os aspectos formais das prestações de contas remetidas pelo município;

3 - A falta de apoio logístico, e a elevada carga de trabalho e atribuições que acometem o representante do Ministério Público na comarca, muitas vezes tendo que atuar em mais de mil processos judiciais e exercer uma extenuante atividade extrajudicial no âmbito da infância e juventude, controle externo da atividade policial, meio ambiente e outros, tornando quase impossível que venha a se dedicar com eficiência ao monitoramento da gestão pública em sua comarca.

Objetivos do Curso: Esclarecer e desenvolver a consciência dos participantes do curso e, por via de consequência, da comunidade, quanto à importância de se exercer a cidadania através do combate à corrupção e às agruras sociais decorrentes da omissão administrativa, instruindo-os a:

1 - Acompanhar os gastos públicos realizados pelo Poder Executivo, Poder Legislativo, autarquias e pessoas jurídicas que, de qualquer forma, sejam subvencionadas pelo poder público e devam prestar contas à população na forma da lei, através da permanente consulta e divulgação da prestação de contas do município, seja por meio dos portais da Transparência, seja através da consulta direta junto à prestação de contas do município disponibilizada junto à Câmara Municipal local;

2 - Como identificar possíveis fraudes nas compras governamentais e licitações, através da análise direta dos processos licitatórios e de pagamento;

3 - Firmar sólida parceria com o órgão do Ministério Público Estadual atuante junto à comarca, no intuito de encaminhar denúncias de improbidades administrativas e omissões perpetradas pela municipalidade, e cobrando as devidas providências;

4 - Auxiliar o Ministério Público, no que for possível, em sua função de resguardar os interesses da sociedade;

5 - Exigir o máximo de transparência possível junto a Administração Pública municipal;

6 - Acompanhar e cobrar providências dos Conselhos existentes por força de Lei e que se prestam ao controle social (Conselho Municipal de

Saúde, Conselho do Fundef, Conselho de Assistência Social etc);

7 - Mobilizar-se contra todo e qualquer ato que venha a tentar encobrir irregularidades administrativas;

8 - Acompanhar pela internet e outros meios, a chegada de verbas federais e estaduais destinadas ao município;

9 - Acompanhar a execução de obras públicas e o oferecimento de serviços por parte da Administração Pública;

10 - Acompanhar a atuação do Legislativo, inclusive exigindo a tomada de providências do referido Poder quando ocorrer desmandos por parte do Poder Executivo local;

11 - Fazer uso da Ação Popular, caso queira, para a defesa da moralidade administrativa, o meio ambiente, o patrimônio histórico e cultural e o patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe;

12 - Informar a população, procurar o máximo de apoio junto à sociedade local e unir-se através de ONG's, livres de qualquer influência política local, para a efetiva fiscalização da Administração Pública municipal.

Matérias do curso: 1. os mitos da não violência no Brasil e da passividade do povo brasileiro; 2. transparência da gestão pública; 3. o papel do Ministério Público; 4. corrupção: como se dá e seu preço à sociedade brasileira; 5. constituição e papel dos Conselhos instituídos por lei para o controle social da gestão pública; 5. Órgãos e Instituições responsáveis pelo controle da Administração Pública; 6. Lei de Responsabilidade Fiscal; 7. quais os tipos e como identificar fraudes em licitações e compras governamentais; 8. os crimes contra a Administração Pública e crimes informados na Lei 8.666; 9. Princípios da Administração Pública; 10. Lei de Improbidade Administrativa; 11. Ação Popular; 12. como consultar a prestação de contas do município; 13. Lei de acesso a informação.

Método Aplicado: abre-se o prazo de inscrições aos interessados junto à Promotoria de Justiça local, após o encerramento das inscrições, são ministradas cinco (05) aulas pelo Promotor de Justiça, em linguagem simples e acessível ao público leigo, sendo que, em duas (02) aulas haverá a participação de palestrantes especialmente convidados por seu conhecimento e/ou atuação junto ao âmbito da matéria do

curso, um deles representando a procuradoria Geral da União. Em todas as aulas e palestras são facultadas, aos participantes do curso, perguntas e rápidos debates acerca do tópico lecionado, promovendo-se a necessária interação entre monitor e alunos; apresentação da prestação de contas do município através dos portais; ao final do curso, aqueles participantes que assistirem pelo menos cinco aulas ganham um certificado de participação.

Envolvimento direto do representante do Ministério Público no evento: é importante que ao menos o primeiro curso dessa natureza no município seja promovido pelo Promotor de Justiça local, haja vista os seguintes motivos:

1 - O Promotor de Justiça é o representante da Instituição que, indiscutivelmente, vem sendo a ponta de lança no combate à corrupção em nosso país, gozando de reconhecida credibilidade e respeito junto à sociedade, principalmente nos municípios do interior de nosso país;

2 - Por seu conhecimento jurídico e experiência profissional é, sem dúvida, o maior conhecedor no âmbito do município, do problema corrupção e suas múltiplas implicações na vida da comunidade;

3 - É também o mais indicado por sua desvinculação à política local e parcimônia, qualidades necessárias por ocasião do isento repasse de conhecimentos aos participantes do curso, evitando que sejam dadas interpretações politicamente tendenciosas aos reclamos sociais ou que estes sejam direcionados a polarizações políticas.

Efeitos esperados: Um maior nível de conscientização social em parcela considerável da população local, um maior comprometimento dos agentes públicos aos interesses da coletividade e fim (ou o mais próximo do fim) da corrupção dentro da Administração Pública.

Como possível efeito reflexo temos que o abuso do poder econômico nas campanhas eleitorais municipais irá diminuir consideravelmente, pois muitos dos potenciais candidatos às eleições municipais que queiram utilizar-se do abuso do poder econômico, gastando altos valores monetários em expedientes ilícitos para eleger-se, desistirão de sua empreitada criminosa quando perceberem que serão sistematicamente fiscalizados pelo povo quando estiverem no poder e que, por-

tanto, o esperado retorno de seu “investimento” de campanha, através do desvio do dinheiro público e outras improbidades, poderá não se concretizar ou restar frustrada em virtude da efetiva fiscalização popular sobre sua gestão.

Leitura indicada aos participantes do curso:

- O Combate à Corrupção nas Prefeituras do Brasil, cartilha produzida por integrantes da AMARRIBO (Amigos Associados de Ribeirão Bonito), podendo ser reproduzida gratuitamente através do site [www.amarribo.com.br](http://www.amarribo.com.br);

- Fascículos do curso a distância Controle Social das Contas Públicas, material produzido pela Fundação Demócrito Rocha, Universidade Aberta do Nordeste e Tribunal de Contas dos Municípios, podendo ser adquiridos junto à sede do jornal O POVO;

- Fascículos do curso a distância Orçamento Público – planejamento, execução e controle, material produzido pela Fundação Demócrito Rocha, Assembléia Legislativa do Ceará, e Universidade Aberta do Nordeste, podendo ser adquiridos junto à sede do jornal O POVO;

- Fascículos do curso a distância Curso de Gestão Democrática e Protagonismo Cidadão, material produzido pela Fundação Demócrito Rocha, Assembléia Legislativa do Ceará, Universidade Aberta do Nordeste, UFC, O POVO, UNESCO, e TV Ceará, podendo ser adquiridos junto à sede do jornal O POVO.

## **1ª AULA**

Aula inaugural com o primeiro bloco no formato de mini-seminário em que se discutirá a importância do controle social no combate à corrupção, contando com a presença do Procurador Geral de Justiça ou seu representante, Juiz e Promotor da comarca, bem como outras autoridades convidadas;

- Após intervalo o segundo bloco da aula será no formato de aula normal, sendo inicialmente distribuído cópia da

poesia *O Boi Zebu e as Formiga*, de Patativa de Assaré, solicitar leitura e, após, realizar debates;

- Mitos impostos pelas classes dominantes: o mito da não-violência no Brasil e o mito da passividade associada a idéia da não reação popular;
- Movimentos, lutas e formas de contestação popular da história de nosso país;
- Entregar aos participantes cópias de artigo da revista ISTOÉ, referentes à corrupção nas prefeituras do Brasil, solicitar leitura e, após, realizar debates.

## **2ª AULA**

- Entregar cópia do texto: "Bonito não apenas no nome", solicitar a leitura e, logo após, realizar debate sobre seu conteúdo;
- Importância da transparência na gestão pública e Orçamento Público;
- Compras governamentais, licitações e suas modalidades;
- Importância das licitações através do Pregão;
- Tipos de fraudes às compras governamentais e licitações, como identificar as falcatruas, o que fazer ao identificá-las;
- Entregar cópia do texto: "Exemplo de quem disse não a corrupção", solicitar a leitura e, logo após, realizar debate sobre seu conteúdo.

## **3ª AULA**

- Entregar cópia do texto: "O preço da malversação de verbas públicas", solicitar a leitura e, logo após, realizar debate sobre seu conteúdo;
- Crimes contra a Lei de Licitações;

- Participação de Auditor solicitado previamente à Controladoria Geral da União, para falar acerca da importância da Lei de Acesso à Informação, Lei de Licitações, controle social e da utilização da internet em prol do controle social, notadamente através do Portal da Transparência e do *site* do Tribunal de Contas.

#### **4ª AULA**

- Crimes contra a Administração Pública;
- Projetar matéria do CQC e, logo após, realizar rápido debate sobre seu conteúdo;
- Princípios da Administração Pública, frisar exemplos práticos;
- Entregar cópia do texto: “Pequena cidade alagoana mostrou sua força”, solicitar a leitura e, logo após, realizar debate sobre seu conteúdo.

#### **5ª AULA**

- Artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 9º, 10º, 11º e 12º da Lei de Improbidade Administrativa, citar exemplos práticos e ressaltar as punições;
- Ação Popular, entregar cópias de resumo sobre a matéria, ler e debater;
- Conselhos Municipais, sua importância, efetividade e deficiências.



Ministério Público do Estado do Ceará  
Procuradoria Geral de Justiça  
Rua Assunção, 1100, José Bonifácio  
[www.mp.ce.gov.br](http://www.mp.ce.gov.br)